

PROVADA A
URGÊNCIA EM
28/12/95, POR UNANIMIDADE
PROJETO DE LEI

ORDEM DO DIA

28/12/95

LEI Nº 174 / 95

APROVADO
28/12/95

POR UNANIMIDADE

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR EMPRÉSTIMO COM A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, A OFERECER GARANTIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS;"

LÉO DURLO, PREFEITO MUNICIPAL DE MANOEL VIANA-RS FAÇO SABER, EM DISPOSTO NO ART. 56 DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, QUE A CÂMARA APROVOU E EU SANCIONO A PRESENTE LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a contratar e garantir empréstimos com a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, até o valor em moeda corrente e legal de R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais), destinados à execução de empreendimentos integrantes do Programa Habitacional através do Poder Público - PRÓ-MORADIA.

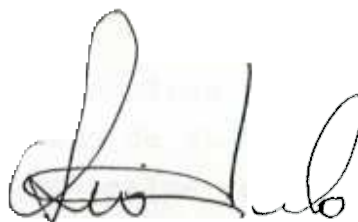
Art. 2º - Para a garantia do principal e acessórios dos empréstimos pelo município para a execução de obras, serviços e equipamentos, observada a finalidade indicada no Art. 1º fica o Poder Executivo autorizado a utilizar parcelas de quotas do Fundo de Participação dos Municípios, e ou do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Produção de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações - ICMS e do produto da arrecadação de outros impostos, na forma da legislação em vigor, e, na hipótese de sua extinção, os fundos ou impostos que venham substituí-los, bem como, na sua insuficiência, parte dos depósitos bancários, conferindo ao Agente Financeiro, os poderes bastantes para que as garantias possam ser prontamente exequíveis no caso de inadimplemento.

Parágrafo Único - os poderes previstos neste artigo só poderão ser exercidos pela Caixa Econômica Federal na hipótese do Município não ter efetuado, no vencimento, o pagamento das obrigações assumidas nos contratos de empréstimo celebrados com a Caixa Econômica federal.

CAMARA MUNICIPAL
PROTOCOLADO
28/12/95
660/95
M.C.

- Art. 3º - O Poder Executivo consignará nos orçamentos anual do município, durante o prazo que vierem a ser estabelecidos para os empréstimos por ele contrídos dotações suficientes à amortização do principal e acessórios resultantes desta Lei.
- Art. 4º - O Poder Executivo baixará os atos próprios para a regulamentação da Presente Lei
- Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

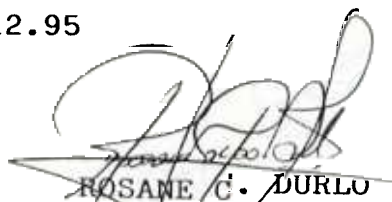
Prefeitura Municipal, em Manoel Viana
28 de dezembro de 1995.



LÉO DURLO

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE
EM 29.12.95



ROSANE C. DURLO
SEC.FAZ.PLAN.ADM E TUR.



JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente:

Senhores Vereadores:

O Presente Projeto tem como Objetivo, atender o deficit habitacional do município. Esta casa legislativa já autorizou a doação de terrenos para atender famílias carentes e agora necessitamos desta autorização para contrair empréstimo com A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, para poder realizar o Projeto Pró-Moradia.

O Proprio Projeto de Lei por si só se explica.

Na certeza do entendimento e compreensão de V. Sas., é que solicitamos a aprovação deste Projeto em regime de URGÊNCIA.

Atenciosamente

LÉO DURLO

Prefeito Municipal